



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2016

Presidente: Exmo. Sr. José Diogo

Secretários: Exmos. Srs. Celmira Sacramento
Nenésio Afonso
Aérton do Rosário

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 45 minutos.

Para pedir esclarecimentos sobre a distribuição do tempo, usou da palavra o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD).

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD) questionou sobre duas solicitações do seu grupo parlamentar que deram entrada na Mesa, nomeadamente os estatutos dos funcionários parlamentares e o funcionamento da comissão eleitoral.

Em interpelação à Mesa, interveio o Sr. Deputado Idalécio Quaresma (ADI).

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD) desejou boas festas a todo o povo de São Tomé e Príncipe e congratulou-se com a iniciativa do Governo em mandar vir uma polícia de investigação estrangeira ao País.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Delfim Neves (PCD) manifestou a sua indignação, pela forma como foi tratada a notícia na televisão, sobre a aprovação da sua autorização para ser ouvido como declarante na Procuradoria-Geral da República, e pelo assalto de que foi alvo a sua residência.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira (ADI), manifestou o seu agrado pela vinda da Interpol.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado António Barros (MLSTP/PSD) reclamou o silêncio da Mesa, quanto à sua participação no Plenário.

Por sua vez, em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Fernando Maquengo (MLSTP/PSD) referiu-se a situação política e social do País.

Também em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MLSTP/PSD) apelou ao Governo à aquisição de um transporte escolar para os alunos de Monte Mário e criticou o preço da venda do arroz no Distrito de Caué.

Ainda em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Iazalde Rita (MLSTP/PSD) falou sobre o uso indevido das redes sociais.

Por último, em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Brito do Espírito Santo (MLSTP/PSD) falou da falta de embarcação para a ligação entre as ilhas, bem como dos carros de bombeiros que se encontram inoperantes.

Ordem do Dia. — Foram aprovadas, na generalidade, as propostas de lei n.º 15 – Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento, tendo usado da palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Afonso Varela) e a Relatora Celmira Sacramento; e n.º 16/X/5.ª/2016 – Lei de Base do Turismo, tendo feito uso da palavra o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Afonso Varela), que apresentou a proposta, o Sr. Deputado Brito do Espírito Santo (MLSTP/PSD), que fez a leitura do parecer da 4.ª Comissão Especializada Permanente, e os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD), Delfim Neves (PCD) e Fernando Maquengo (MLSTP/PSD).

Foi aprovado, em votação final global, o projecto de lei n.º 8/X/5.ª/2016 – Alteração à Lei n.º 01/2009 – Código Aeronáutico, após a leitura do relatório da 4.ª Comissão Especializada Permanente, pelo Sr. Deputado Silvestre Mendes (ADI).

O Sr. Presidente declarou encerrada a sessão às 11 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 45 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Alda Quaresma d' Assunção dos **Ramos**
Arlindo Quaresma dos Santos
Berlindo Branco Vilela **Silvério**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira d'Almeida do **Sacramento**
Egrinaldino de Carvalho Viegas de Ceita
Esmaiel da Glória Espírito Santo
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Gabriel Barbosa dos **Ramos**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Ivo Mendonça da **Costa**
Joaquim Salvador Afonso
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d'Alva
José da Graça **Diogo**
José Manuel Macumbo **Costa Alegre**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça **Narciso**
Martinho da Trindade **Domingos**
Nenésio Quaresma **Afonso**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Salcedas d'Alva Teixeira **Barros**
Sebastião Lopes **Pinheiro**
Silvestre **Moreno** Mendes
Wilder **Monteiro** dos Santos

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do Rosário Crisóstomo
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
António **Monteiro** Fernandes
Arlindo **Barbosa** Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Brito **Vaz** d'Assunção do E. Santo
Dionísio Leopoldino **Fernandes**
Fernando da Silva **Maquengo** de Freitas
Gonçalo da Trindade **de Apresentação**
Iazalde Lopes **do Sacramento** Rita
Jorge **Amado**
Maria das Neves Baptista de Sousa
Vasco Gonçalves **Guiva**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Filomena M. de Fátima dias X. de P. **dos Prazeres**
Gil Mascarenhas da **Costa**
José Luís **Xavier** **Mendes**

União dos Democratas para o Desenvolvimento (UDD):

Felisberto Fernandes **Afonso**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, as minhas saudações.

A sessão de hoje consiste em apreciar e aprovar duas propostas de lei e votação final global de um projecto de lei.

Aproveito a oportunidade para desejar uma boa sessão de trabalhos parlamentares a todos.

Estamos no período de antes da ordem do dia e, nos termos da alínea a) do artigo 83.º, coadjuvado com o artigo 84.º, ambos do Regimento, convido a Sra. Secretária da Mesa para proceder à leitura dos expedientes que deram entrada na Mesa.

Murmúrios.

Portanto, não havendo intervenções, vamos passar aos assuntos de interesse político relevante. Neste sentido, recebi aqui na Mesa dois pedidos do MLSTP/PSD e do PCD, para intervirem em assuntos de interesse político relevante. Neste sentido, em função das listas, vou convidar o Sr. Deputado Danilson Cotú, para a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O Sr. **Presidente**: — Só um momento, o Sr. Deputado Delfim Neves quer dizer alguma coisa.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente.

É apenas para pedir um esclarecimento. O Regimento prevê que neste espaço seja distribuída 1 hora?

O Sr. **Presidente**: — Sim, é mesmo isso, 1 hora

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas também prevê que a inscrição é feita antes do início e o senhor já disse quais são as bancadas que pediram para intervir. Neste caso, a hora é distribuída para as bancadas que vão intervir, tendo em conta que o Regimento prevê que intervêm as pessoas que estão inscritas. Então, não faz sentido distribuir o tempo para as pessoas que não estão inscritas.

Murmúrios do ADI.

Estou a falar em termos regimentais.

O Sr. **Presidente**: — Bem, em princípio, digamos assim, os pedidos têm que ser feitos logo que iniciemos as actividades e tem que haver o pedido aqui na Mesa. Tanto mais que já anunciei os dois partidos que se inscreveram.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

É uma questão Regimental, portanto vamos continuar. Já disse que é 1 hora e não pode exceder isso, em função dos inscritos. Se os inscritos terminarem, não há mais como.

O Sr. Deputado Danilson Cotú pode intervir.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD): — Sr. Presidente, trago dois a três assuntos rapidamente, porque o tempo é pouco.

Primeiro, para falar em relação à transmissão televisiva do debate de ontem. Embora a qualidade não tenha sido a desejada, é sinal de que temos condições de levar mais transparência, promovendo assim o debate constante com a transmissão televisiva, para que as pessoas possam seguir.

Outro aspecto é que desde o mês de Maio – e é um assunto que já falei na Conferência de Líderes, mas sinto-me na obrigação de dizer aqui – que o Grupo Parlamentar do PCD deu entrada na Mesa da Assembleia do Estatuto dos Funcionários Parlamentares e desde lá até esta data, Sr. Presidente, é bom que se diga que o mesmo não foi baixado a nenhuma comissão e gostaríamos de saber, neste momento, o paradeiro exacto desse documento.

Por fim, a preocupação que temos com a Comissão Eleitoral, que está a funcionar neste momento apenas e tão-somente com dois funcionários, nomeadamente o Presidente e o Secretário-geral, o que fere a democracia, tendo em conta que é um órgão colegial. Por isso, estamos a chamar a atenção para que o assunto seja resolvido com a devida urgência, para salvaguardar o nome da nossa democracia.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O artigo 85.º, ponto 3 diz: «Para efeitos de tratamento pelos Deputados de assuntos de interesse político relevante, é aberta uma ordem de inscrições especial, que cessa com o termo ou a suspensão de cada sessão legislativa.» E no ponto 2 é que se refere a declaração política. Certo?

O Sr. **Presidente**: — Não percebi nada.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Os grupos parlamentares que queiram usar do direito consignado no ponto anterior, que é o ponto 1, que é a declaração política,...

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Só um momento, vamos ver. Artigo 85.º «Declarações políticas e outras intervenções.

1. Cada grupo parlamentar tem direito a produzir, no período de antes da ordem do dia, uma declaração política com a duração máxima de 10 minutos e com prioridade sobre as demais intervenções.» Declarações políticas. Agora estamos em assuntos de interesse relevante.

«2. Os grupos parlamentares que queiram usar do direito consignado no número anterior devem comunicá-lo à Mesa até ao início da respectiva reunião.

3. Para efeitos de tratamento pelos Deputados de assuntos de interesse político relevante, é aberta uma ordem de inscrições especial, que cessa com o termo ou a suspensão da sessão legislativa.»

Murmúrios.

Meus senhores, acho que não vamos polemizar isso. Voltemos a ler isso. O Sr. Deputado leia então. Daquilo que li, «Para efeitos de tratamento pelos Deputados de assuntos de interesse político relevante, é aberta uma ordem de inscrições especial, que cessa com o termo ou a suspensão da sessão legislativa.» É neste quadro que estamos agora.

Estamos na 5.ª Sessão, está aberta.

Murmúrios.

Neste caso, estamos numa reunião da sessão legislativa, estamos a fazer referência ao ponto que tem a ver com assuntos do interesse relevante e aqui diz claramente que os deputados, para efeitos de tratamento desse ponto relevante, é aberta uma ordem de inscrições especial, que cessa com termo ou suspensão. A sessão ainda não está suspensa, começamos agora, e nem terminamos a sessão.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Posso, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Pode sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, se nos atermos a esses argumentos, quer dizer que até o final dessa sessão legislativa já não há inscrições, porque logo no início se fez a primeira inscrição. Essa inscrição é para a sessão legislativa. Não é em cada sessão parlamentar. Não façam confusão. Está bem escrito aí.

Murmúrios.

Oiça, estou a dizer o que está escrito. E o que está escrito é sessão legislativa.

Uma voz: — É seu entendimento.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não é meu entendimento. É o que está escrito. Agora, estamos numa sessão parlamentar. Se desde o início da sessão legislativa se faz inscrição, é só essa inscrição que é válida até o fim da sessão legislativa. No entanto, o que tem sido prática é em cada

Vozes: — Hã!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Eu ainda não acabei de falar. Os senhores estão a dizer hã. Hã quê, se ainda não acabei de falar? O que tem sido prática é no início da cada sessão parlamentar os grupos parlamentares fazerem as suas inscrições. E o Sr. Presidente, assim que anunciar as inscrições, fechou. Foi assim com o Sr. Deputado doe UDD, na sessão passada. Ele não se inscreveu e queria falar, mas não se lhe deu a palavra. É assim, vamos manter a coerência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, a minha Bancada tem outra interpretação. Uma questão é que o Grupo Parlamentar do PCD está a falar o que tem sido prática e o Grupo Parlamentar do ADI está a evocar o que é o Regimento, o que é a norma da Casa. É prática, mas há uma norma da Casa e é dessa norma que estamos a falar. Tem sido prática uma inscrição prévia e o que diz o Regimento é que o Presidente abre a inscrição. Então, o que estamos a pedir à Mesa é que haja um momento para abertura de inscrição.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, gostaria de fazer o seguinte comentário. Se abríamos essa excepção, porque não tem sido praxe, não é de hábito, geralmente as inscrições são feitas logo no início de uma sessão parlamentar...

Vozes: — Muito bem!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — ...tem sido assim, habitualmente. Agora, se eu fizer essa abertura, quer dizer que doravante qualquer deputado pode inscrever, quando quiser.

Vamos continuar com a nossa sessão.

O Sr. Deputado Danilson já falou, já tivemos uma intervenção e vou seguir a lista que tenho cá.

Gostaria de convidar o Sr. Deputado Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Sr. Presidente, tenho duas questões rápidas. Na sequência daquilo que foi dito ao Sr. Deputado Danilson Cotú, também demos entrada a uma iniciativa legislativa sobre os estatutos de cargos políticos e até hoje não baixou às comissões. Gostaríamos também, no quadro dessa diligência que a Mesa irá fazer, que nos informasse em que pé está o documento, se foi admitido ou não e em que comissão está.

Um segundo aspecto, Sr. Presidente, ouvimos ontem o Sr. Primeiro-Ministro, no quadro de várias acusações que são feitas de um lado e de outro lado, que de facto iria ver a questão da Interpol, para averiguar esses casos. A gente está na política e não sabe como é que isso será amanhã. Por isso, gostaríamos de informar ao Sr. Primeiro-Ministro que o MLSTP/PSD espera, com maior brevidade possível, a vinda da Interpol, para que de facto a gente saiba quem é quem, para que não se meta todos os políticos são-tomenses num saco. É preciso de facto sabermos quem é quem e, a partir daí, traçarmos um novo rumo. Aguardarmos com ansiedade, enquanto MLSTP/PSD, essa vinda da INTERPOL.

Por ser a última sessão deste ano, gostaria de desejar a todos, o Governo, as Sras. e Srs. Deputados, o povo de São Tomé e Príncipe, no geral, e, em particular, os militantes e simpatizantes do MLSTP/PSD, festas felizes.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Seguindo a ordem de inscrição, agora gostaria de chamar o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia. Bom dia povo de São Tomé e Príncipe.

Sr. Presidente, quando usei da palavra pela primeira vez no debate sobre o Estado da Nação ontem, eu havia dito ao povo de São Tomé e Príncipe que estou cá presente, mas não sei se alguns deputados entenderam o alcance dessa mensagem. Essa mensagem tem a ver com aquilo que aprovamos aqui na sessão passada, uma resolução que autorizava dois Deputados, nomeadamente Delfim Neves e Nenésio Afonso, para se dirigirem à Procuradoria-Geral da República, a fim de prestarem declarações sobre os processos que existem naquela instituição.

Curiosamente, a resolução foi aprovada nesta base, os técnicos da TVS que estiveram cá na Sala seguiram todo o processo, filmaram, inclusive a técnica fez a redacção para ser lida na TVS sobre todos os assuntos aqui tratados e, neste documento que a técnica fez, não aparece, em momento algum, levantamento de imunidade a qualquer dos deputados. O que a TVS deixou passar, ou pelo menos publicou, é que foram levantados imunidades aos Deputados Delfim Neves e Nenésio Afonso. Mas quero dizer-lhe que percebi muito bem a estratégia. O Deputado Nenésio, se calhar, é *fait divers*, foi apenas para fazer parte do processo, já que também estava na lista, mas foi uma missão bem estudada para, de seguida

fazerem um assalto a mão armada em minha casa. Só assim posso entender, porque se agentes de autoridade assaltam casas de deputados revestidos de suas imunidades parlamentares, é muito mais grave. Só posso entender que a estratégia foi essa, para despir o Sr. Delfim Neves de imunidades parlamentares e fazerem tal assalto. De outro modo, não posso entender. E aquilo que aconteceu, quero dizer-vos, se houver um espaço para vos mostrar a imagem retirada da câmara de vigilância da minha casa, foi um terror. E a minha salvação é porque sou homem mesmo de Deus, porque saí com telemóvel sem carga, nem sequer me importei de o carregar, todos os amigos e familiares estavam a me contactar, mas eu estava incontactável. Portanto, não sabia de nada que estava a acontecer, até que fizeram o trabalho maquiavélico.

Assaltar a casa de um cidadão, por muro, entrar pelo quintal a dentro, arrebentar o portão e arrastar uma viatura, só pode ser arrastada, porque automática e com sistema de anti-roubo, quer dizer que a viatura já está bloqueada, é muito grave. E o portão foi arrebentado a cronhadas de armas. Sobre um processo cível, foi feito isso. Se fosse um processo de crime, se calhar seriam rajadas. E aquilo que se vê na imagem é como se fosse uma missão de tudo ou nada. Ou trazemos o carro, ou Delfim vem morto ou vivo. Porque se eu soubesse disso, claro que seria mesmo morto. Mas quero tranquilizar a todos, sobretudo o povo e militantes do PCD, que sobre esse processo, quer Delfim Neves quer a empresa que está envolvida, nunca pediu nem recebeu um tostão furado do BGFI. O BGFI abriu uma carta de crédito para uma operação comercial e, por erro do BGFI, a carta até deveria ser aberta com confirmação irrevogável, abriu uma carta de crédito com confirmação simulada, em linguagem comercial internacional diz-se, confirmação silenciosa, e a operação não funcionou. Não se executou a operação.

Abriu-se uma segunda carta de crédito para a sua congénere em Camarões, BGFI –DUALA, o fornecedor, aborrecido com algumas mensagens que estavam nas redes sociais sobre a sua empresa, decidiu unilateralmente anular uma operação com carta de crédito, com confirmação irrevogável. O BGFI, por sua vez, aceitou o pedido da sua congénere, sem consultar a empresa que abriu a carta do crédito. O que é erro processual. No comércio internacional, na carta de crédito não pode ser mexida uma vírgula sem que as partes dêem a sua anuência. E o BGFI fez isso e, por sua vez, debita à empresa mais de cento e tal mil euros da sua comissão e serviços.

Murmúrios.

É assunto relevante. Quando o Sr. Deputado veio cá dizer que um comandantezinho quis lhe prender, ninguém disse que não era assunto relevante.

Uma voz: — Mas veio de onde?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Veio do ADI. É o Deputado do ADI.

Murmúrios.

Agora, se ele não é, o senhor é que sabe.

Portanto, isso é para deixar bem claro. Não estou minimamente preocupado com a viatura. Eu até posso andar de motoqueiro, porque nasci sem nada, de certeza absoluta que vou morrer sem nada. Se tiver a sorte de levar um par de meias, será mesmo muito bom. Portanto, não estou preocupado com isso. O meu esclarecimento é apenas para saber o que dizia alguém ontem aqui. Para quê serve alguém ser dirigente deste país? Para quê serve ser primeiro-ministro ou ministro, deputado. Quando está no poder, tudo bem. Deixa o poder, é um lixo. Autêntico lixo.

Uma voz do ADI: — Agora é que sabe?

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não estou a dizer se é agora que sei, desculpe lá. A vontade do poder é exactamente isso. Ver as pessoas cabisbaixas, pedindo esmola. Se for para isso, meus amigos, sentem ou é melhor deitarem, porque se sentarem vão ficar com *konki*.

Risos.

Não vou lamber botas de ninguém. Que fique bem claro. Não vou de joelho pedir esmolas a ninguém. Para a idade que tenho, o que trabalhei com suor, muito suor, se alguém tem dúvida que venha cá falar, dá para eu comer, enquanto vocês ficarem no poder, o tempo que quiserem.

Por fim, Sr. Presidente, tenho uma mensagem do PCD, na sequência do que dizia o Deputado Arlindo Barbosa, ontem. Não sabemos a que propósito o Sr. Primeiro-Ministro lançou o desafio a toda oposição, mas já que lançou, temos que assumir, porque também somos partido da oposição. Queria dizer que estamos de acordo com o desafio. O Governo tem todos os instrumentos para contactar a Interpol ou criar uma comissão da verdade e reconciliação e trazer tudo que são acusações, quer aos dirigentes políticos,

quer aos funcionários públicos, para serem averiguados e saber exactamente e na verdade quem é quem. Porque aquilo que aconteceu ontem aqui é o que se diz na gíria portuguesa: «o picante nos olhos dos outros é frescor». Pois, porque quando são acusações aos outros, até para fazer campanha, são sorrisos rasgados. Quando é contra, aí já não serve. Porque estou a ser atacado, porque estou a ser sofrido, porque tenho pele grossa, porque estou a ser perseguido.

Para acabar com isso, temos que efectivamente deixar de sonho e pôr em prática. Crie uma comissão da verdade e de reconciliação, ou chame efectivamente a Interpol, mas não apenas para o caso que foi aqui anunciado. Não, todos, mesmo aquele que as pessoas ainda sonham. Ontem, estive aqui sentado e ouvi alguém falar da STP-Trading.

Risos do ADI.

STP-Trading. Não tenho receio de dizer isso. Não pensem que tenho receio. Costuma-se dizer que quem não deve, não teme. Se o Sr. Deputado tem alguma coisa para me acusar sobre isso, diga aqui. Eu desafio-lhe, mas diga com provas. Não faça como os outros, porque isso que o Sr. Primeiro-Ministro disse aqui ontem ...

Uma Voz do ADI: – Olha, o tempo. É um problema pessoal.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — ...não é problema do tempo, é muito relevante. É problema pessoal? Qual problema pessoal? Estou a dizer para criarem uma comissão da verdade e reconciliação, é um assunto pessoal? O que estou a dizer é isso. Já estou habituado a esse tipo de coisas e nada me atrapalha. Isso é para os novatos. Com esse tipo de coisas os novatos se atrapalham. Eu não e os senhores sabem que isso não me atrapalha nem me estorva a língua. Sou capaz de ouvir as baboseiras e dizer aquilo que quero dizer.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, para um protesto, com base no artigo 104.º.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Protesto? Protesto?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, venho falar ao abrigo do artigo 104.º do nosso Regimento, que é o protesto. Aquando da sua intervenção, o Sr. Deputado Delfim Neves disse que tem tudo para comer «até que vocês fiquem no poder». Quer dizer que se dirigiu à nossa Bancada. Portanto, achamos que foi ofendida a nossa honra. O Sr. Deputado veio aqui defender o seu assunto pessoal ...

Murmúrios.

...pedi a palavra justamente para falar. Portanto, em nome da minha Bancada, também quero subscrever a proposta do vice-líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e também dizer que quanto à questão de esclarecimentos e das acusações, de atirar poeiras para os olhos dos outros, penso que chegou a hora e acredito que o Governo tomou boa nota. É necessário que se esclareça todos os assuntos. Sim, STP-Trading também. O dinheiro que foi evaporado na STP-Trading faria um liceu nacional. 5 milhões de dólares do Brasil que hoje não se sabe onde pára. GGA, o afundamento do Banco Equador, compra do Navio Patrulha, acusação de drogas. E tivemos aqui casos em que um cidadão são-tomense foi apreendido no Brasil com drogas, com um passaporte especial de serviço e havia ligações com um deputado da Nação. É necessário esclarecer isso! E a questão também do uso indevido do *facebook*, com acusações, e com perfis falsos, acusando pessoas. Acho que a questão da vinda da Interpol, a criação de uma comissão, seja ela de paz, ou a contratação de procuradores internacionais independentes é necessário, para sabermos de facto quem é quem em São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, artigo 104.º, contra-protestos.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, o meu contra-protestos tem a ver com a última intervenção do Sr. Deputado. É para dizer-lhe o seguinte: o senhor deve entender que, quando disse «até vocês ficarem no poder», é muito importante. Não querem ficar no poder mais tempo? Querem deixar já? Então, digam ao povo que já não aguentam.

Risos e aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Digam ao povo que já não querem.

Estou a dar-vos uma facilidade, porque acho que ainda têm 2 anos, podem renová-lo e o senhor próprio está contra. Então, diga ao povo que não estão a aguentar com isso, vamos às eleições. É assim que se deve falar.

Risos e aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Quero dizer ao Sr. Deputado que me antecedeu, que eu antecipei-me, dizendo que não tenho chapa na testa da STP-Trading. Nem tenho receio. Aliás, se o senhor também é perito em matéria jurídica, pergunte aos juristas. É um processo que já foi transitado em julgado e quero dizer mais, se tem ideias, só ideias, porque não vou dizer se tem provas, porque de certeza que não tem, que o dinheiro foi evaporado, quando vier a Interpol, que ressurgir o processo. Queremos provar isso. Se alguém evaporou, que diga quem. Delfim Neves não foi ao Brasil, nunca recebeu um centavo da STP-Trading. Que fique bem claro.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Bem, vamos continuar com as intervenções de outros deputados inscritos.

Murmúrios.

Sras. e Srs. Deputados, vamos manter a calma, porque há muito ruído na Sala. Vamos manter a calma, para continuarmos numa boa sessão. Peço a vossa indulgência para continuarmos calmamente a sessão. Só para anunciar que o PCD era o último interveniente, já não têm mais intervenções. Agora, vou chamar mais um deputado do MLSTP/PSD, que está na lista dos inscritos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, caros presentes, povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Sr. Presidente, pedi a palavra, porque tenho constatado da sua parte, e com muita insistência, que tem-me impedido de falar nesta Casa Parlamentar, quando peço a palavra, e nos termos regimentais. Tivemos um exemplo aqui ontem e hoje o Sr. Presidente já fez o contrário. Ontem, quando pedi interpelação à Mesa, que é um termo legal e regimental, o Sr. Presidente não permitiu. Mas hoje permitiu ao Sr. Deputado Idalécio Quaresma e o Sr. Deputado mais irrequieto, o Sr. Deputado Abnildo.

Risos.

O Sr. Presidente hoje deu acesso a esses Deputados, para fazerem interpelação à Mesa, mas a mim disse que daria depois. Bem, é necessário o Sr. Presidente entender que isso não é quando o Sr. Presidente quer. É em função da matéria que está a ser discutida e de acordo com o Regimento. O Sr. Presidente deve dar a palavra ao deputado, para intervir. Temos que evitar isso, se o Sr. Presidente não gosta de crítica. Na sessão passada, que antecedeu a sessão de debate do Estado da Nação, critiquei-o aqui pelo facto de ter realizado uma sessão plenária sem chamar os deputados de um círculo eleitoral, neste caso o círculo eleitoral do Príncipe.

No fim da sessão plenária, fui cumprimenta-lo, o Sr. Presidente disse que não fala comigo. Bem, quero dizer ao Sr. Presidente que não estou preocupado com isso, porque se o Sr. Presidente não quiser falar comigo é o seu direito, também não fico com muitas saudades disto, mas o que me preocupa não é José Diogo não querer falar com António Barros. É o Presidente da Assembleia Nacional não querer falar com Deputado da Nação. É isso que me preocupa.

E para mim é mais grave, porque nesta Casa Parlamentar, no meu ponto de vista, o Sr. Presidente tenta trazer a censura para cá. Alguém dizia, se eu estiver errado que me corrijam, que o parlamento vem da palavra francesa *parler*, falar, e estamos aqui para falar. Não temos acesso, porque a Rádio Nacional e a Televisão são do ADI. Portanto, quem não estiver disposto a ir bajular, falar a favor do Governo ou do ADI, não tem acesso. Então, aqui é o único espaço onde podemos falar, mas mesmo assim o Sr. Presidente tenta impedir os deputados de falarem. Isso para mim é muito grave!

O que peço ao Sr. Presidente é que, de acordo com o Regimento, ponha fim à sua decisão de tentar sempre me impedir de falar.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, venho falar ao abrigo do artigo 103.º, reacção contra ofensa à honra ou consideração. Na sua última intervenção, o meu amigo Deputado do Príncipe, António Barros, que se esqueceu do meu nome, mas o meu nome é Abnildo d'Oliveira, disse que sou um deputado irrequieto. A forma jocosa como falou não é elogio. Por isso, senti-me ofendido. Quero dizer ao Sr. Deputado que isso me fez lembrar a aula de biologia, quando estudávamos a teoria de evolução. Quando falávamos da teoria de evolução e, hoje, olhando para nós, vemos que algumas pessoas evoluíram e outras não. Fui educado, não tenho vergonha de dizer, por minha avó e, pela educação religiosa que tenho, não gosto de adjectivar as pessoas, porque quanto não o senhor teria um nome merecido.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar a nossa sessão. Tenho por hábito não beliscar ninguém e também não gosto de ser beliscado. Portanto, nem respondo sequer a algumas intervenções aqui havidas. Vamos continuar os nossos trabalhos, que é o melhor que faço para a Nação, sobre tudo.

Tem a palavra o Sra. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caros Deputados e Deputadas, bom dia.

Sr. Presidente, venho cá para lamentar um facto. Ontem, tivemos cá um importante exercício para a Nação, uma amostra da democracia para a comunidade internacional também, mas no final desse trabalho, como é de praxe, a comunicação social deveria fazer uma cobertura, ou seja, uma reportagem dos principais autores desse processo, e fê-lo de forma unilateral. No final, vi jornalistas a entrevistarem o Sr. Primeiro-Ministro, para dar o seu depoimento sobre como foi o debate, como é que se sentiu, mas os líderes das bancadas parlamentares, inclusive a do poder, não foram contactados. Acho que devemos ter uma democracia total, plural e não uma democracia diminuída.

A nossa comunicação social não pode assim esclarecer o cidadão, não pode promover a transparência, com esse comportamento. Venho lamentar esse facto.

O segundo aspecto que quero cá realçar é que se fala muito da onda de assaltos, da criminalidade e do roubo que vem grassando o País, mas fala-se disso de uma forma, digamos, muito simples. Talvez porque não nos bateu na pele.

O colega Deputado Delfim falou de um assalto, mas um assalto com outra configuração, pelo que disse, mas há cidadãos que estão a sofrer, que vêem os seus bens delapidados, com risco de vida, cidadãos nacionais e estrangeiros que vivem cá de forma livre. Vemos a polícia agora com aparatos, sai na televisão anunciar o nível de criminalidade e não sei o quê, mas as parcelas, as produções e as propriedades privadas estão a ser assaltadas. Então, acho se temos um Governo, terá que haver medidas e ter-se-á que encontrar soluções. O Governo tem poder, tem o aparelho coercivo, tem que encontrar fórmulas para que o cidadão pacífico, aquele que realiza o seu negócio, que tem o seu bem, um simples cidadão que passa na rua com o seu *tablet* ou o seu telemóvel, não sejam assaltados. O País está mal, mas a este ponto, alguém terá que toma medidas. Viemos cá ontem falar do Estado da Nação. Se não posso deixar a minha filha, às 18 horas, ir comprar pão com o seu telemóvel ou com o seu *tablet* na mão, em que Nação estamos? São Tomé virou isso agora?

Há questões muito sérias. Não sei se é o exemplo do topo que está a servir a base ou se é o exemplo da base que está a afectar o topo, mas alguém tem que tomar medidas. Falamos de casos muito sérios cá ontem e, num país real, medidas muito sérias deveriam ser tomadas no dia seguinte, se não no próprio dia, ou seja, no segundo seguinte. Mas a gente fala e passa, sobretudo quando toca o poder, e assim vai a nossa República.

Tenho dito. Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, para a sua intervenção.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MLSTP/PSD): — Bom dia Sr. Presidente, bom dia Srs. membros da mesa, bom dia Sr. Ministro, bom dia Caros Deputados e Deputadas.

O que me traz aqui neste período de assuntos relevantes é a mensagem dos pais da comunidade de Monte Mário. É do nosso conhecimento que, com abertura do ano lectivo, na Escola Secundária de Porto Alegre, as crianças dessa localidade têm andado dia após dia para irem à escola. Segundo os pais, um deputado foi lá lhes disse para não se preocuparem, porque vão enviar um autocarro, para fazer a cobertura de Monte Mário a Porto Alegre e vice-versa. É que já estamos no primeiro trimestre do ano lectivo e isso ainda não aconteceu. Com a chuva e trovoadas que têm feito, as crianças estão nesse sofrimento. Então, gostaria de deixar esse apelo ao Governo, para ver o que há para essas crianças.

O segundo ponto que me traz aqui é a intervenção do Sr. Ministro da Educação, que disse que o ensino primário seria desde o jardim até a 6.ª classe e que estaria isento de qualquer pagamento, ou seja, de quaisquer custos para os pais. Trago a preocupação dos pais, principalmente do Distrito de Cauê, onde o índice da pobreza é mais alto. Esses mesmos pais não estão em condições de comprar os Manuais para os seus filhos estudarem. O problema é que nem há esses manuais no Distrito. Para se conseguir, tem-se que

se vir à Lexonics ou outras partes aqui da cidade para fazer cópias. Só para dar exemplo da cópia de um dos livros da 5.^a classe, custa quase duzentas e cinquena mil dobras. Esses pais estão preocupados e os professores têm tomado medidas a nível da escola, com prazos, e as crianças que não tiverem o livro não assistem às aulas.

A outra preocupação que me traz aqui, Sr. Ministro, Srs. Deputados, é o famoso arroz de 13 000 dobras. Eu gostaria, aqui nesta Casa Parlamentar, de pedir aos Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Membros do Governo, que fizessem uma andança a nível nacional, para saberem quanto é que está a ser negociado 1kg desse arroz.

Em Angolares, compramos 1kg de arroz a 18 000 dobras. Se for mentira, alguém que venha aqui contrariar.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, quando fiz uso da palavra nesta Casa Parlamentar, veio aqui um deputado tentar calar-me, mas não vão conseguir, porque não tenho «rabo preso», «desculpem o termo». Se houve um mal, a pessoa já resolveu o problema com a direcção. Estou isenta e, se quiser pegar em algo, que pegue em mim, Deputada Beatriz Azevedo, não buscar aquilo que alguém fez, porque esse alguém assumiu e está aqui.

Muito obrigado pela vossa atenção.

O Sr. **Presidente**:— Bem, Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar. Tem a palavra o Sr. Deputado Iazalde Rita, para uma intervenção.

Murmúrios.

Convenhamos, Sra. Deputada, estamos no Parlamento e está a ser ouvido pela população. Não chame ninguém de palerma. Vamos evitar isto.

O Sr. **Iazalde Rita** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia. Srs. Deputados, dêem o exemplo. Hoje é o segundo dia que estou nesta Casa.

O que me traz aqui hoje é o que o Deputado da Região da Autónoma do Príncipe chegou aqui e assumiu, teoricamente. Ontem, uma deputada disse cá que os deputados tiveram uma formação de ética. Se essa formação de ética foi passada pelos deputados, gostaria de perguntar aos Srs. Deputados do ADI o que está a acontecer com os mesmos nas redes sociais. Não é um nem dois. Se olharmos para as redes sociais, vemos o que está a se passar com os nossos jovens do liceu. Então, como é que nós que somos deputados damos esses exemplos nas redes sociais? Os deputados a fazerem praticamente o filme pornográfico. Isto eu vi. Aconteceu...

Protestos dos Deputados do ADI.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, peço imensa desculpa. Estamos a tratar de assuntos relevantes, para a população. Por favor, vamos cingir-nos a isso e ver o Regimento. O senhor está a trazer uma questão que acho que este não é o fórum ideal. Se é uma questão de internet, não estamos a discutir a internet aqui.

O Sr. **Iazalde Rita** (MLSTP/PSD):— Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Sras. e Srs. Deputados, por favor, há muito ruído. Assim não dá, estamos numa sessão plenária.

Por último, temos o Sr. Deputado Brito Espírito Santo, para uma intervenção.

O Sr. **Brito Espírito Santo** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, Caras e Caros Deputados, bom dia. Ontem, ouvimos falar aqui de barcos e, depois de escutar atentamente, fui para casa e comecei a fazer alguma reflexão e isso me levantou alguma preocupação, porque há política de *homé gabá cu mualá quêlé*. Porquê? No princípio, os barcos eram comprados, agora vieram através de contrapartida e foram apresentados com pompas e circunstâncias, mas no fundo não agradeceram à pessoa que deu a contrapartida. O mesmo acontece com a maternidade do Hospital Dr. Ayres de Menezes. Falou-se aqui na sessão passada que a maternidade está bonita, que o Governo financiou, mas não se agradeceu o verdadeiro financiador.

O Sr. Deputado António Barros disse que o barco desapareceu das águas do Príncipe. O barco desapareceu, para ser morto, para recuperar outros barcos. Porquê que digo isso? Também compraram alguns carros de bombeiros ditos novos e já existem dois carros bombeiros mortos algures...

Murmúrios.

...posso confirmar. É só ir para instalação de Leny em Sto. Amaro – Laranjeira. Há um carro lá morto. Na oficina de Água Marçal, mesmo à entrada para a pedreira de António Dolores, há um outro carro de

bombeiro morto. Tiraram peças para recuperar outros carros. São dois carros que estão mortos. Foram comprados há menos de 1 ano e já estão praticamente na sucata, porque não vão recuperar mais. Quer dizer que os carros são velhos.

O Sr. **Presidente**:— Bem, acho que passou a fase de turbulências, vamos agora entrar na fase de maior paz, vamos discutir realmente assuntos que interessam.

Risos gerais.

Terminada a ronda de intervenções sobre assuntos de interesse político relevante, vamos passar a apreciar os pontos escritos no período de ordem do dia.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**:— Tem palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Sr. Presidente, aquando da minha intervenção, creio que por distração Vossa Excelência não anotou aquilo que foi a minha preocupação e gostaria de repô-la, no sentido de encontrar resposta. É que a minha Bancada submeteu à Mesa da Assembleia o projecto de lei relativo ao Estatuto dos Funcionários Parlamentares, desde de Maio, e estamos hoje é 20 de Dezembro, até o momento não sabemos qual foi o despacho que a Mesa deu. Se rejeito, se baixou à Comissão ou algo do Género. Queríamos resposta com relação a isto.

Outra questão tem a ver com a situação da Comissão Eleitoral. Estamos muito preocupados com o facto de a Comissão Eleitoral estar a funcionar, neste momento, com o Presidente e o Secretário, duas pessoas que por sinal foram indicadas pelo partido do poder. Como forma de garantir a transparência e como forma de garantir a democraticidade do órgão e tal como foi proposto no parecer, queremos ou que os dois cessem as funções, ou que os outros representantes de partidos políticos com assento parlamentar entrem também na Comissão Eleitoral, como forma de garantir a pluralidade.

São essas duas preocupações do PCD.
Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Com relação à segunda questão, é um assunto que abordamos na Conferência de Líderes e eu, na altura, tinha dito ao Sr. Deputado que logo que for possível resolvermos alguns contactos que terá de haver, traremos à plenária. Acho que naquela altura o Sr. Deputado me entendeu, mas voltou a colocar aqui agora.

Quero dizer-lhe que o assunto não está esquecido. Está em análise, está em apreciação, nós todos vamos ter de apreciar realmente isto e quando chegar a altura ideal, irei pronunciar-me. Por ora, não tenho pensamento nenhum.

Quanto ao primeiro ponto, não tenho resposta a dar neste momento e fica assim em *off*. Quando for possível também me pronunciarei.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, gostaria de dar a minha opinião com relação a isso e não sei se é possível.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Deputado, considero que encerramos o debate de tudo que tem a ver com assuntos de política relevante. Estamos a entrar agora nos assuntos que nos trouxeram cá hoje. Vamos agora apreciar o primeiro ponto do período da ordem do dia, análise e votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 15/X/2016 – Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento. Nesse sentido, convido o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, para proceder à introdução dessa proposta de lei.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Afonso Varela):— Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

De facto o Governo submeteu a esta magna Assembleia uma proposta de lei de Base sobre o Sistema Nacional de Planeamento, que em princípio respeita as condições de admissão. Há uma nota explicativa que espelha os fundamentos dessa lei e um extenso considerando, isto é, o preâmbulo que apresenta a lei.

Esta lei é reconhecida por todos como pertinente, como oportuna, na medida em que vem densificar o quadro jurídico-legal do nosso sistema de planeamento, porque estou convencido que toda gente reconhece que uma das grandes fraquezas na nossa economia é o nosso sistema de planeamento. Eu não diria incapacidade, mas fraquezas em termos de planeamento. Portanto, com esta lei se pretende reforçar os mecanismos de planeamento que têm naturalmente um impacto sobre todo o nosso processo de desenvolvimento.

É verdade que reclamamos e ontem ainda pudemos assistir aqui, como se diz habitualmente «o dinheiro é nervo da guerra», mas ainda que tenhamos todo o dinheiro do mundo, se não tivermos um sistema de planeamento eficaz e eficiente, para quase nada servirá todo o dinheiro que ganharmos. Portanto, o mais importante não é ganhar, mas a forma como utilizamos esse dinheiro e essa utilização depende muito da forma como planeamos a nossa economia, sobretudo a forma como perspectivamos a nossa economia, a forma como antecipamos os fenómenos económico.

Obviamente que não se resolve os problemas com os instrumentos, mas a verdade é que registamos que as normas que estão em vigor hoje, particularmente as relativas ao GOP e ao Orçamento, bem como aquelas relativas a próprio SAFE, têm lacunas, têm fragilidades e o que se pretende com esta lei de base é colmatar essas lacunas; reparar essas fragilidades e reforçar esses mecanismos de planeamento, desde logo definindo um sistema nacional de planeamento, clarificando uma série de conceitos que não estão hoje clarificados; estabelecer os mecanismos que nos permitam melhor monitora, o nosso sistema económico e, sobretudo, definir um quadro de planeamento, definindo as competências, as atribuições e as hierarquias, quem faz o quê nesse sistema de planeamento.

O que se pretende é que se tenha um instrumento que nos permita melhor organizar a nossa economia, planificando melhor, sobretudo quando se tem poucos recursos.

É esse o objectivo que se pretende alcançar com a apresentação desta lei.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado Sr. Ministro.

Em seguida, gostaria de convidar o Presidente da 4.^a Comissão Especializada Permanente ou um membro da Comissão a quem indigitar, para fazer a leitura do parecer em relação a este assunto.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI):— Sr. Presidente, a leitura do parecer recaiu na pessoa da Sra. Deputada Celmira do Sacramento.

O Sr. **Presidente**:— Nesse sentido, não sendo uma intervenção, apenas a leitura de um parecer, já tivemos caso aqui e admitimos um deputado, por isso, não há problema nenhum.

Tem a palavra a Sra. Secretária.

A Sra. **Secretária**:— Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, bom dia:

«Comissão de Economia, Cooperação Internacional, Infra-estruturas, Recursos Naturais, Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Parecer sobre a proposta de lei n.º 15/X/5ª/2016 – Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento.

1. Introdução.

Deu entrada na Mesa da Assembleia Nacional uma proposta de lei, relativa ao Sistema Nacional de Planeamento e foi baixada à 4.^a Comissão (Comissão de Economia, Cooperação Internacional, Infra-estruturas, Recursos Naturais, Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural), para efeitos de análise e parecer, nos termos regimentais.

Assim sendo, a Comissão reuniu-se em sessão de trabalho, no dia 24 de Novembro do corrente ano, e é pelo seguinte parecer:

2. Enquadramento Legal.

Esta iniciativa é apresentada pelo XVI Governo Constitucional, no âmbito do poder que lhe é atribuído pelo artigo 136.º do Regimento da Assembleia Nacional, em conformidade com o disposto nas alíneas c) e f) do artigo 111.º da Constituição da República, mas não cumpre o requisito formal da alínea d) do artigo 143.º do Regimento da Assembleia Nacional.

3. Constatações.

Considerando que, no âmbito da reforma da Administração Pública, o País tem vindo a reforçar os seus mecanismos de gestão do processo de desenvolvimento, que compreende um conjunto de reformas que abrangem o quadro legislativo em vigor e a organização dos seus serviços;

Considerando ainda que a Lei n.º 3/2007, de 13 de Fevereiro, que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE), estabeleceu os princípios básicos e as normas gerais de direito financeiro, abrangendo os órgãos de soberania e a administração directa e indirecta do Estado;

A mesma lei pontifica a abordagem programática ao orçamento, subordinando a despesa pública à realização de objectivos estratégicos, requisito fundamental para a concretização dos princípios fundamentais da economicidade, da eficiência e da eficácia a que o SAFE está obrigado.

4. Conclusão e recomendação.

O quadro em vigor no planeamento de políticas públicas na República Democrática de São Tomé e Príncipe não responde às necessidades que a abordagem referida exige, tornando-se necessário proceder à sua actualização, para que possamos assegurar os níveis adequados de integração inter-temporal e intersectorial, a fim de contribuir para uma utilização mais racional e estratégica dos recursos disponíveis.

Nesses termos, a 4.^a Comissão Especializada Permanente recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submeter a referida proposta de lei ao Plenário para efeito de apreciação e votação.

A 4.^a Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, São Tomé 24 de Novembro de 2016.

O Presidente, Abnildo d'Oliveira.

A Relatora, Celmira Sacramento.»

O Sr. **Presidente**:— Bem, feita a apresentação da proposta de lei, bem como do respectivo parecer, está aberto o espaço para inscrições das Sras. e dos Srs. Deputados, para análise desta proposta de lei, na generalidade.

Gostaria de saber se há alguma observação da parte das Sras. e dos Srs. Deputados ou eventualmente algum comentário.

Depreendo pelo silêncio que está tudo bem e podemos avançar. Nesse sentido, não havendo intervenções, vamos votar essa iniciativa, na generalidade.

Submetida à votação, foi aprovada com 47 votos a favor.

Passamos de seguida ao segundo ponto da ordem do dia, que é análise e votação, na generalidade, da proposta de lei n.º 16/X/5.^a /2016, referente à Lei de Base do Turismo.

Convido assim o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares, para fazer a apresentação desta iniciativa.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares**:— Sr. Presidente, trata-se da Lei de Base do Turismo. Como se vem dizendo de algum tempo a esta parte, o Turismo é um sector de desenvolvimento estratégico para o nosso país, uma das alternativas à monocultura do cacau, uma das possibilidades da diversificação da nossa base produtiva de entrada de receitas, e não ensinarei mais nada disso aos Srs. Deputados.

Lamentavelmente, o sector turístico não está suficientemente enquadrado do ponto de vista legal e o que se pretende fazer é ir construindo esse edifício legal que é necessário para o turismo. Tomarei aqui um exemplo apenas, para mostrar aos senhores. Já vejo aqui alguns Deputados que me olham, porque estão extremamente ligados ao Sector do Turismo, mas olhando para o nosso maior hotel, vemos que há quatro ou cinco cocos. Ora, se há um sector que está globalizado, universalizado e os padrões respeitam o *standard* internacional, é o turismo. Quando chegamos e vemos quatro ou cinco cocos, não sabemos se são cinco estrelas ou não. Os hotéis colocam as suas estrelas e não sabemos.

Ora, no mundo de hoje, quando se diz um hotel de cinco estrelas, quem frequenta essas paragens sabe quais são os requisitos que esse hotel deve ter, desde quartos, serviços e tudo mais. Estamos muito longe disso e é verdade que não vamos resolver isso com essa proposta de lei, mas quero dizer que este é, não diria um começo, porque há alguns rudimentos, mas o nosso esforço é de densificar esse sector que precisa de bastante legislação e entendemos começar por esta lei de base do sistema, sobre o qual virão certamente agregar muitas outras leis sobre o Sector de Turismo, um turismo que se pretende também sustentável, um turismo que se pretende amigo e respeitador do ambiente, um turismo que se pretende ordenado, porque ele tem a ver com o ambiente, tem a ver com o ordenamento do território. Hoje, por exemplo, o risco que corremos é eu de fazer um hotel num determinado local e amanhã de manhã alguém que tem o seu terreno fazer uma fábrica de tinta ou um outro produto químico qualquer. De facto, se sairmos à rua, não há nenhuma lei que me diga que eu não posso utilizar o meu terreno para fazer o que pretendo, mas é um problema que me dirão que não tem só a ver com o turismo, porque posso ter a minha casa e alguém vir fazer ao lado uma fábrica de gaz, porque está no seu terreno, obviamente.

Queremos começar essa intervenção pela lei de base, onde se pretende definir uma série de conceitos que estão ligados ao turismo; definir os princípios gerais da própria política do turismo que o Governo deve levar a cabo; lidar também com a questão da fonte de financiamentos, os serviços. Em suma, o que se pretende é lançar as bases de uma organização sobre a qual assentarão outras leis que lidarão com aspectos sectoriais que têm a ver com o turismo.

É esta proposta que o Governo submete à Assembleia para aprovação.

O Sr. **Presidente**:— Obrigado Sr. Ministro pela sua intervenção.

Após a apresentação da proposta de lei, bem como do respectivo parecer, está mais uma vez aberto o espaço para inscrições de vossas excelências, para análise e aprovação na generalidade desta iniciativa legislativa.

A Sra. **Secretária**:— O parecer ainda não foi lido.

O Sr. **Presidente**:— Srs. Deputados, houve um pequeno lapso da minha parte e agora gostaria de convidar o Presidente da 4.^a Comissão ou o membro da Comissão por ele indigitado, para fazer a leitura do respectivo parecer.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI):— Obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Brito, para fazer a leitura do parecer.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Brito Vaz do Espírito Santo.

O Sr. **Brito Espírito Santo** (MLSTP/PSD):— «Parecer sobre a proposta de lei n.º 16/X/5.ª/2016 – Lei de Base do Turismo.

1. Por despacho da Sua Excelência o Presidente de Assembleia Nacional, foi baixada à 4.ª Comissão Especializada Permanente a proposta de Lei de Base do Turismo, para efeitos de análise e parecer, nos termos regimentais.

2. Enquadramento Legal.

Esta iniciativa é exercida nos termos do artigo 136.º, coadjuvado com o número 2 do artigo 142.º, todos do Regimento da Assembleia Nacional, e reúne ainda os requisitos formais previstos nas alíneas a), b) e c) do número 1 do artigo 143.º do Regimento, mas não cumpre os requisitos formais da alínea d) do mesmo artigo.

3. Constatações.

A actividade do turismo, pela sua natureza, joga um papel determinante no desenvolvimento económico, social e cultural de uma nação e assume uma importância estratégica de um peso cada vez maior no crescimento económico nacional.

A presente proposta de lei, segundo o proponente, tem por finalidade consagrar os princípios orientadores e objectivos de uma política nacional de turismo que passa pela reorganização das entidades públicas do sector, cumpre a redefinição dos modelos em que assenta a oferta turística nacional nas suas múltiplas vertentes de alojamento, da restauração das agências de viagem e de animação turística.

4. Conclusão.

Concluiu-se que a sustentabilidade ambiental nas actividades turísticas e a democratização do acesso dos são-tomenses à prática de turismo, a valorização turística da identidade cultural, da tradição nacional e colaboração entre o sector público privado, na persecução da política do turismo entre outros são princípios sólidos que se concretizam com o objectivo estruturado e que importa agora sistematizar com a finalidade de alicerçar políticas atuais de futuras adaptação para turismo.

5. Recomendações.

Considerando a importância deste documento para a persecução das políticas do Governo, a 4.ª Comissão Especializada Permanente recomenda à Mesa da Assembleia Nacional que a proposta de lei seja submetida ao Plenário com vista à sua discussão e votação.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, São Tomé 24 de Novembro de 2016.

O Presidente, Abnildo d' Oliveira.

O Relator, Brito de Espírito Santo.»

O Sr. **Presidente**:— Como eu dizia a pouco, após a apresentação da proposta de lei, bem como o respectivo parecer, está aberta a lista de inscrições de vossas excelências para análise e aprovação, na generalidade, dessa iniciativa legislativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Sr. Presidente, é que estou com uma dúvida e é uma coisa rápida mesmo, porque estou a atender ao pedido de um amigo. É que aqui a proposta faz menção à autoridade turística nacional e fui ver na orgânica do Governo e, conseqüentemente, dos ministérios, e não consegui encontrar nenhuma nomenclatura semelhante. Daí que gostaria de pedir ao Sr. Ministro que nos elucidasse em relação a isto, porque não sei se se está a fazer referência à Direcção Geral de Turismo ou se existe uma autoridade turística nacional. No artigo 14.º.

Portanto, gostaria de uma explicação em relação a isto.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**:— Trata-se de uma lei de base e normalmente uma lei de base tem um carácter geral e não é uma lei que se pressupõe a ser alterada com frequência. Daí a necessidade de que ela seja de facto uma lei geral, ampla e que não se refira especificamente a cada coisa. Numa alteração governamental, vamos supor que se ponha a direcção geral do turismo, mas amanhã venha um governo que crie uma direcção geral do turismo e qualquer coisa. Já a direcção geral de turismo que está na lei fica ultrapassado.

Se formos ver o caso da evolução que não fizemos, mas que já se fez em Portugal, em Moçambique e provavelmente em Angola, da autoridade tributária. Há uma autoridade tributária que chefia as alfândegas e os impostos, e não o fizemos. E se colocarmos na lei esses aspectos específicos? No nosso caso concreto,

estamos a pensar em evoluir para uma agência nacional que cubra não só o turismo, mas também a imagem, que seja uma agência de turismo de imagem e da própria promoção do País. Estamos a pensar evoluir para uma agência. Permitir-nos-á concentrar os recursos, particularmente recursos humanos, que hoje estão certamente distribuídos em vários sectores, mas que estarão concentrados num só serviço, para lidar com uma série de aspectos.

O Sr. Deputado que está na Mesa se referiu à questão da promoção, que é uma questão bastante importante, onde temos estado a perder dinheiro, recursos, porque não temos ninguém que se ocupe disso. Temos por exemplo pessoas que vêm para São Tomé e que querem filmar as paisagens e tudo mais. Filmam e utilizam nas publicidades e depois vão-se embora. Precisamos de uma agência, estamos a pensar que não iríamos criar uma agência só para promoção, mas que deveríamos integrar o turismo, a imagem e a própria promoção do País, onde essas pessoas teriam um elo de ligação e de contacto, que seria essa agência, e pensamos que deveríamos ter qualquer coisa que não sabemos o quê. Quando falamos da publicidade, falamos até de filmes que são rodados aqui.

A ideia é essa. Estamos a pensar em evoluir para uma agência nacional de turismo e tudo mais, por um lado, mas, por outro lado, é também essa preocupação, tratando-se de uma lei de base, todas as leis são gerais, mas as leis de base normalmente lançam os fundamentos e são leis que não são chamadas a serem modificadas por cada legislatura e por cada governo. Daí que permanece mesmo genérica e com definições, eu diria larga, indeterminadas, que permita que qualquer modelo que qualquer governo venha a adoptar possa encaixar dentro dessa lei de base.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, a confusão ainda persiste, porque eu estive a ver alínea a), estou referindo mesmo ao artigo 14.º, acordo àquilo que foi a sua explicação, «o membro do governo responsável pelo sector do turismo». Subscrevo, porque hoje pode ser um, está num ministério e amanhã pode estar num outro e por aí diante, mas quando a alínea b) diz «Autoridade Turista Nacional», tudo com iniciais maiúsculas, prossupõe, na minha leitura, o nome de uma certa instituição.

Daí que, se for na senda daquilo que foi a sua explicação, Sr. Ministro, acho que alínea b) deveria ter um outro teor. O órgão que superentende o turismo ao nível nacional ou algo assim, seria genérico, mas do jeito que está não consigo perceber como algo genérico, porque está a apontar directamente uma instituição, a autoridade turística nacional. A minha confusão é que em São Tomé e Príncipe não existe autoridade turística nacional. Daí que, de repente, está a fazer-me confusão.

É só isso, obrigado.

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra o Sr. Ministro, para dar um esclarecimento adicional.

O Sr. **Ministro da Presidência de Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**:— Sr. Presidente, obviamente que aqui estamos na sede de discussão geral e aqui parece que descemos a um aspecto mais específico, que pode ter tratamento e responder a determinadas exigências, na sede de discussão na especialidade. No entanto, o que eu aconselharia apenas era uma leitura sistémica do texto. Portanto, se me diz que entendeu a autoridade turística nacional é uma entidade, quer dizer que entendeu também que entidades regionais do turismo são outras entidades. Uma entidade chamada entidade regional do turismo. E aqui não faz sentido.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD):— Eu não entendi isso!

O Sr. **Ministro da Presidência de Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**:— Pois. É por isso que estava a dizer que é necessária uma leitura sistémica. Estamos a admitir que ao nível da região, e aqui nem sequer se está a falar exactamente do Príncipe como tal, da Região Autónoma do Príncipe, está-se a dizer que a nível da região, que pode ser o distrito ou não, estamos a falar das entidades locais ou das autarquias locais, porque a esse nível se pode criar instituições viradas para o turismo.

Por exemplo, estou a imaginar Caué. Falamos de todo Caué, mas parece-me que Porto Alegre se assume como uma região e que até pelo seu próprio clima que é muito mais próximo ao clima da capital, contrariamente a que muita gente pensa quando vai para o sul e quando se está em Colónia Açoriana até Angolares mesmo, estamos numa zona de clima completamente equatorial, com chuva quase todo o ano, mas quando se chega a Porto Alegre a coisa se inverte e tudo mais. E não me espanto que amanhã haja uma entidade de desenvolvimento turístico de Porto Alegre.

De qualquer forma, como eu disse, não faço finca-pé. Faço essa leitura sistémica, mas não faço finca-pé. Diria ainda bem que a questão aqui é levantada, é aflorada e na especialidade, tendo toda gente aqui em sede geral entendido aquilo que são as opiniões dos Deputados e aquilo que é nossa opinião, encontrar-se-á certamente em sede de especialidade a melhor formulação para eliminar esses equívocos que possam surgir.

O Sr. **Presidente**:— Mais intervenções?
Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD):— Sr. Presidente, antes de mais, gostara de dizer ao Governo que me apraz ver essa iniciativa, porque tem sido a minha opinião e continuo a tê-la, porque o meu petróleo para São Tomé e Príncipe é o turismo e a agricultura, mas não se desenvolve nenhuma riqueza sem que ela esteja devidamente enquadrada com as normas necessárias, para que todos os seus actores possam efectivamente tirar o melhor proveito disto.

O que trago é aquilo que dizia o Sr. Ministro. Efectivamente, estamos num país em que queremos desenvolver o turismo, falamos muito de trismo, mas o nosso turismo é ainda muito básico. É verdade que é necessário ter uma lei base, mas também temos que fazer grandes reformas. Estive a ver a lei, é uma lei base, claro, dizemos que temos muito boas praias, bonitas e lindas, mas na minha opinião não temos nenhuma praia em condições para o turismo e é preciso definir claramente isso.

Outra questão que dizia aqui Sr. Ministro, com que estou plenamente de acordo, é de definir as áreas onde se possa implementar empreendimentos, edificar empreendimentos turísticos, porque tem sido efectivamente um desaire. Construir um grande empreendimento num determinado local e ao lado ter oficinas e outros tipos de actividades. É isto que tem estado a acontecer. Sobretudo, porque não definimos qual é a área em que devem estar as oficinas, os chamados espaços para a construção de materiais como blocos, chapas de zinco, pregos e outros. Falo disso porque tenho um exemplo de alguém que tem um projecto ambicioso, autorizado e aprovado, no entanto, o seu vizinho construiu uma indústria. Ele tem que parar e repensar o seu projecto, porque se construir um projecto turístico naquele local, o barulho de construção de blocos, das chapas de zinco e dos pregos vai afugentar os seus clientes, aliás nem combina.

Sobre a lei, congratulo-me, passei ao de leve os olhos aí e como não faço parte da Comissão que irá analisar na especialidade, pese embora os Deputados poderem estar na Comissão, mas estive a ver na nota explicativa no ponto 4 e levantou-me uma dúvida e penso que deve ser um erro ortográfico. Diz «definir os principais objectivos a serem perseguidos pela política nacional do turismo». Acho que deve ser «prosseguidos», porque isso de «perseguidos», não entendi. Isto pode escapar na discussão na especialidade e muda tudo. Não sei se é mesmo assim ou se foi um erro. Estamos num mundo onde ninguém mais inventa nada e, portanto, esses erros podem ser a falha de *copier coller* que já sabe.

O Sr. **Presidente**:— Sr. Ministro, queira pronunciar-se sobre esse último aspecto.
Há mais comentários da parte das Sras. e dos Srs. Deputados?
Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Maquengo.

O Sr. **Fernando Maquengo** (MLSTP/PSD):— Sr. Presidente, à semelhança dos Deputados que me antecedeu, gostaria de congratular-me com este diploma referente ao turismo. É verdade que o turismo é uma actividade geradora de rendimento para um país insolar e com as características que temos, que realmente pode ser uma alavanca também para a nossa economia, como disse o Sr. Ministro e com a proposta que tem, se devidamente enquadrado e aproveitados os recursos que são nossos.

Daí que tão simplesmente para agradecer e felicitar por esta iniciativa e dizer que tudo faremos para que efectiva e paulatinamente construamos essa pedra, criando mais normas que se associem a essa lei base, para o melhor desenvolvimento do turismo, porque nós os são-tomenses não nos apropriamos dessa riqueza. Muitas vezes são os estrangeiros ou pessoas vindas de outras paragens que tenham a consciência dessa riqueza, desse recurso e às vezes vamos lá fora buscar recursos, quanto eles estão cá.

O Sr. **Presidente**:— Apenas para lembrar que estamos a apreciar o documento na generalidade e, como sabem, tanto a primeira proposta, que já foi aprovada, e essa se for aprovada, irão ser baixadas para as Comissões Especializadas e Permanentes, no sentido de apurarem ainda mais algumas intervenções que os Srs. Deputados poderão ter alguma oportunidade de alterar ou de apresentar mais algo sobre estas duas propostas de lei.

Acho que teremos espaços para discutir e inteirar melhor do assunto ao nível da discussão na especialidade.

Gostaria de saber se há mais algum comentário.

Não havendo, passaremos assim à votação desta proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada com 45 votos a favor.

E agora, vamos passar ao terceiro ponto da ordem do dia, que se trata da votação final global do projecto lei n.º 8/X/5.ª/2016 – Alteração à Lei 1/2009 – Código Aeronáutico.

O nosso Regimento estabelece que a sessão plenária para a votação final global não é precedida de discussão, como está estatuído no n.º 3 do artigo 167.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Esta iniciativa foi aprovada na generalidade e em seguida baixada à 4.^a Comissão Especializada Permanente, que a analisou e aprovou na especialidade e agora só nos cabe aprová-la em votação final global.

É de recordar que o acto de votação não é precedido de qualquer discussão, porém, é admissível que cada grupo parlamentar produza uma declaração de voto oral de cerca de 3 minutos no máximo ou então uma declaração de voto escrito.

Sem mais delongas, convido o relator da 4.^a Comissão, a fim de apresentar o relatório de análise e aprovação desta iniciativa, na especialidade, por essa Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silvestre Mendes.

O Sr. **Silvestre Mendes** (ADI):— Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados: «Relatório de análise e votação na especialidade do projecto de lei n.º 8/X/2016 – Alteração à lei n.º 1/2009, de 28 de Janeiro, Código Aeronáutico.

Introdução.

Nos dias 8 e 9 de Dezembro de 2016, a 4.^a Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à análise e aprovação, na especialidade, do projecto de lei n.º 8/X/2016 – Alteração à Lei n.º 1/2009, de 28 de Janeiro, Código Aeronáutico.

Nas sessões de trabalho, estiveram presentes os Srs. Deputados Abnildo Nascimento d' Oliveira, que as presidiu, Silvestre Moreno Mendes, Celmira de Almeida Sacramento, José Manuel Costa Alegre e Sebastião Lopes Pinheiro, do Grupo Parlamentar do ADI; Brito Vaz de Assunção do Espírito Santo, Deolindo Luiz Trindade da Mata e Dionísio Fernandes Leopoldino, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Na perspectiva de uma análise mais alargada e daí mais profícua do referido diploma, estiveram presentes, de igual modo, na qualidade de convidados, os Srs. Leopoldo Nascimento e Wardier de Espírito Santo, quadro da Instituto Nacional de Aviação Civil.

Na análise do projecto de lei, a discussão na especialidade do projecto de lei de Alteração à Lei n.º 1/2009 – Código Aeronáutico, consistiu na apresentação de uma proposta de eliminação, três de emenda e duas de substituição, como a seguir se indica.

Proposta de eliminação.

Eliminou-se o artigo 4.º «revogação e derrogação».

Proposta de emenda.

O ponto 6 do artigo 132.º passou a ter a seguinte redacção: «Devem ser criados o Programa Nacional de Facilitação (PNF) e Programa Nacional de Segurança de Aviação Civil (PNSAC). Respectivamente, a numeração do artigo 5.º passa para o artigo 4.º e a numeração do artigo 6.º passa a ser para o artigo 5.º.

Proposta de substituição.

Na epígrafe do actual artigo 4.º, o tema «aprovação» foi substituído por «republicação». O artigo 4.º passa a ter a seguinte redacção: «É republicado, em anexo com a redacção actual, o Código Aeronáutico, aprovado pela Lei n.º 1/2009, de 28 de Janeiro.

Votações e aprovações.

Com as devidas alterações, o projecto lei de Alteração à Lei n.º 1/2009 – Código Aeronáutico, foi submetido à votação, tendo cada um dos seus artigos sido aprovado por unanimidade.

Texto final.

Por fim, a Comissão elaborou o texto final do projecto de lei em anexo ao presente relatório, que deve ser submetido à votação final global pelo Plenário da Assembleia Nacional.

A Comissão de Economia, Cooperação Internacional, Infra-estrutura, Recursos Naturais, Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento Rural, em São Tomé, 15 de Dezembro de 2016.

O Presidente, Abnildo d' Oliveira.

O Relator, Silvestre Mendes.»

O Sr. **Presidente**:— Neste sentido, vamos proceder à votação deste projecto de lei.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 43 Deputados a favor.

Neste sentido, está aprovado o projecto de lei.

Para terminar, quero agradecer a participação, a presença e a colaboração das Sras. e dos Srs. Deputados e desejar um santo Natal a todos e que o ano novo que se avizinha seja coroado de felicidades, êxito e de muito boas realizações para as Sras. e os Srs. Deputados e para toda a população de São Tomé e Príncipe.

E assim, declaro encerrada a sessão.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem

Ângela dos Santos R. J. da **Costa Pinheiro**

Mário Fernando de Jesus Rainho

Milton Viegas Fernandes Lima

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aurélio Pires Quaresma **Martins**

Gaudêncio Luís da **Costa**